

Nova distribuição. E muito mais encargos.

A partir da promulgação da nova Constituição, os Estados e Municípios terão uma fatia maior no bolo tributário, mas também terão que arcar com muitas funções que atualmente são exercidas ou financiadas pela União. Está praticamente decidida a transferência para os Estados de atribuições nos setores de transporte, saúde, educação, merenda escolar. Essas são algumas das conclusões a que chegaram os técnicos da Secretaria do Planejamento da Presidência da República — Seplan —, que estão montando o chamado plano de desmonte dos encargos gerais da União.

"Estamos desmontando o orçamento por projetos e as rubricas que perderam a fonte de receita terão que ser cobertas pelos recursos dos Estados ou Municípios", adiantou um assessor do governo. Atualmente, existem centenas de programas que são executados pelos Estados e Municípios, mas cujas verbas são transferidas pela União. Isso vai acabar no modelo que está sendo elaborado e que o ministro da Seplan, João Batista de Abreu, deve receber no início do próximo mês. Vários grupos técnicos estão examinando mais de dois mil projetos e convênios que envolvem hoje as esferas federal, estadual e municipal.

Os programas de merenda escolar mantidos pela União nunca apresentaram resultados satisfatórios e, na maioria das vezes, o gasto com a burocracia era maior

do que o volume de recursos liberado para o Estado. "A Seplan já está consciente de que muitos programas são mais bem administrados e geridos no próprio Estado ou Município" acrescentou a fonte. Os programas de erradicação de endemias, de saúde preventiva, são os exemplos mais citados por técnicos do governo que estão trabalhando no assunto.

O cipoal de fontes, projetos e rubricas é tão intrincado que primeiro terá que ser feito um enxugamento de tudo que existe hoje para evitar uma confusão no futuro. Um exemplo claro é o da manutenção de estradas rodoviárias. Teoricamente, as vias estaduais deveriam ser mantidas pelos orçamentos dos Estados. Com o empobrecimento estadual a fonte desses recursos passou a ser o governo federal e organismos multilaterais de crédito.

Mas o maior empecilho para o desmonte que está sendo elaborado são as pressões políticas dos governos dos Estados — que fatalmente terão que ceder espaço para a administração federal. "É um processo de mão dupla que vai demandar muito jogo de cintura", observa um técnico da Seplan. Por isso, o governo pretende divulgar os seus trabalhos depois que houver uma ampla consulta aos parlamentares, governadores e principalmente ao Palácio do Planalto, que sempre usou os projetos e convênios para barganhar apoio político.